

Os pontos fortes e os papéis potenciais das estruturas eclesiais na defesa de direitos

1. Credibilidade perante muitos governos nacionais

Embora isso não seja uma regra universal, as estruturas eclesiais realmente gozam de um certo grau de credibilidade perante muitos governos nacionais em um bom número de contextos diferentes, o que lhes dá acesso aos principais tomadores de decisão. Por exemplo, no Egito, embora a igreja não pudesse se arriscar tendo uma abordagem oponente na defesa de direitos, ela tinha uma forte reputação na ação social e, portanto, um grau de credibilidade perante o governo e outros líderes religiosos. No Haiti, a igreja tem acesso direto a muitos ministros do governo. E em Serra Leoa, quando os principais líderes da igreja pedem uma audiência com o governo, ou até mesmo com o presidente, ela geralmente é concedida.

As estruturas eclesiais tendem a ter credibilidade quando se trata de levantar as questões morais de uma ação. Os principais líderes eclesiais são bons em levantar questões morais junto aos políticos, em vez de questões técnicas junto aos tecnocratas, uma tarefa que pode e deve ser deixada para as ONGs especializadas.

2. Capacidade de influenciar e mobilizar centenas de milhares de pessoas

Os principais líderes eclesiais podem exercer uma influência muitíssimo forte. Se eles erguerem sua voz em certas questões, eles conferem aos líderes de igrejas locais a segurança e a legitimação teológica para fazerem o mesmo e, assim, grupos-chave em cada comunidade podem desenvolver a visão e serem mobilizados para a ação. Nenhuma ONG consegue se igualar à influência que os principais líderes eclesiais têm neste aspecto.

Em Malawi, por exemplo, os bispos católicos escreveram uma carta pastoral acerca do estado político da nação que foi lida em todas as congregações no mesmo dia. Isto causou um impacto enorme, no que tange a dar proteção a igrejas individuais, e foi uma ação que não podia ser detida pelo governo.

3. Vínculos com redes mais amplas

Da mesma forma como as estruturas eclesiais podem exercer influência de cima para baixo até chegar ao nível das igrejas locais, elas também podem exercer influência em direção ao mundo que a cerca através de suas redes e seus organismos denominacionais internacionais. Estes vínculos podem ser valiosíssimos em fazer valer as pressões estratégicas nacionais ou internacionais sobre os poderosos.

4. Acesso à mídia

As igrejas nacionais têm acesso à mídia. Quando elas erguem sua voz, elas viram notícia. É muito mais provável que seja dada cobertura pela mídia nacional e internacional aos principais líderes eclesiais (por exemplo, um artigo ou carta publicada, a cobertura de um discurso) do que a uma ONG.

5. Um canal de informação

As estruturas eclesiais podem desempenhar um papel primordial no incentivo às igrejas locais em reunir e enviar informações que possam ser verificadas e depois enviadas às agências externas apropriadas. A ação das estruturas eclesiais, por exemplo, em coordenar o fluxo de informações das bases aos órgãos internacionais sobre o impacto da campanha de bombardeio sudanesa foi o pivô na conquista da pressão internacional que levou ao cessar-fogo no Sudão.

6. Capacidade de agir como defensores internacionais

Os principais líderes eclesiais podem exercer significativo peso e influência moral quando supridos com a plataforma correta.

Assim, o Bispo Paul Msusu e o Arcebispo Donald Mtetemela se mostraram defensores de direitos fortes e eficazes na Conferência do G8 em Gleneagles. Como líderes eclesiais do hemisfério sul, seus pontos de vista foram bem recebidos.

Os líderes eclesiais sudaneses foram importantíssimos ao erguer sua voz nas reuniões dos acionistas da companhia de petróleo por todo o mundo. O impacto disso foi significativo, forçando muitas das companhias a se retirarem do Sudão (mesmo que elas tivessem vendido seu trabalho para companhias asiáticas com grandes lucros).

7. Representar os pontos de vista da igreja

Os principais líderes eclesiais podem falar com uma voz incrivelmente poderosa se lhes forem dadas a segurança e as informações para que o façam. Por exemplo, o líder da UCE, uma denominação na Bolívia que representa 1500 igrejas; o líder da Igreja Kale Heywet, da Etiópia, representa seis milhões de cristãos. É difícil para o governo ignorar os pontos de vista de tão grandes organizações.

8. Colaboração apropriada com os governos em contextos minoritários

Nos locais onde a igreja é uma minoria perseguida, a maioria das formas de defesa de direitos é muito difícil. Contudo, ela deveria ser apoiada no envolvimento em abordagens colaborativas e não-confrontadoras em questões com as quais o governo está comprometido. Por exemplo, o acesso ao ARV pode ser um objetivo declarado pelo governo que as estruturas eclesiais podem incentivar e apoiar encorajando as estruturas governamentais nos âmbitos regionais e distritais a implementar.

9. Colaboração em alianças mais amplas

É essencial para as igrejas falar como uma única voz se os governos estiverem dispostos a ouvir. Isso significa alianças e esforços colaborativos de defesa de direitos dentro do eleitorado evangélico (o Desafio Miquéias sendo um exemplo disso), mas também significa as estruturas eclesiais englobando distritos eleitorais mais amplos das igrejas também.

Na maioria dos contextos, para que a defesa de direitos da igreja seja ouvida no âmbito nacional, é preciso que ela seja mais abrangente que apenas as estruturas evangélicas. Há exceções onde a presença evangélica é tão grande que os governos são forçados a tomar nota de uma mera coalizão evangélica, mas, geralmente, é preciso que seja uma coalizão muito mais ampla para ser efetiva. Na verdade, os evangélicos têm muito que aprender com as estruturas eclesiais mais ecumênicas e tradicionais, que tendem a ter uma ênfase muito mais forte na justiça e na participação. A influência do Concílio Mundial de Igrejas com este mandato é muito significativa nos grupos nacionais de Concílios de Igrejas. Ao se isolar, a igreja evangélica enfraquece significativamente sua própria voz.

Um bom exemplo de colaboração é o de Malawi e Zâmbia onde, apesar do imenso tamanho da igreja evangélica, nas questões de interesse nacional, a Aliança Evangélica trabalhará próxima do Concílio Cristão de Igrejas e do Concílio Episcopal Católico. Isto é crucial e dá à igreja uma influência que é muito difícil de ser ignorada por qualquer governo.

Autor: Tulo Raistrick, Tearfund